



O JEITO CAMPONÊS DE FAZER AGRICULTURA: POLICULTIVO, PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS E A RETROINOVAÇÃO

Nome do Autor (a) Principal

Thadeu Henrique Witkowski

Nome (s) do Coautor (a) (s)

Geisiane dos Santos Araujo;

Paulo Roberto Rosa.

Nome do Orientado

Munir Felício Jorge

Instituição ou Empresa

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE

E-mail de contato

thadeu_henrique@hotmail.com

Palavras-chave

Questão agrária, jeito de fazer agricultura, campesinato.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõem a compreender através das análises conduzidas por autores seminais e a atualização por pesquisadores contemporâneos, o desenvolvimento do jeito camponês de fazer agricultura, dado, através da compreensão do processo da expansão do capital sobre a agricultura e das estratégias de recriação utilizadas pelo campesinato. São abordagens como essas a exigir estudos teóricos metodológicos para ampliar e aprofundar a compreensão a partir do embate das interpretações advindas da realidade histórica. Onde estão em disputa tanto os domínios territoriais quanto os domínios interpretativos



OBJETIVOS

Refletir como o jeito camponês de fazer agricultura desenvolve sua produção a partir dos princípios do policultivo, das práticas agroecológicas e do uso das reatuações.

METODOLOGIA / MÉTODO DE ANÁLISE

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho é consistida em um estudo teórico, metodológico e investigativo, o qual permitiu clarificar dentre as tendências evolutivas da agricultura, o desenvolvimento do campesinato e seu jeito próprio de fazer agricultura.

RESULTADOS

Com o avanço do capital sobre a agricultura, foram desenvolvidas diversas maneiras de fazer agricultura, demonstrando transformações, revoluções, particularidades e especificidades. Dentre estas maneiras, destacam-se o jeito camponês e o jeito empresarial de se fazer agricultura, que disputam recursos e territórios, mas estabelecem relações de produção de forma distintas. A disputa entre o jeito camponês de fazer agricultura e o jeito empresarial denomina-se de questão agrária.

Para compreender as transformações estabelecidas pela expansão do capital da agricultura, é de real importância o estudo das análises das obras seminais de Kautsky (1986), Luxemburg (1985) e Huberman (1979), por averiguarem e apresentarem elementos substanciais para a compreensão do desenvolvimento e desdobramentos das relações entre o capital e o campesinato. Soma-se a este estudo também as investigações de pesquisadores contemporâneos, entre eles, Bartra (2011), Ploeg (2008) e Altieri (2012), por verificarem as perspectivas do campesinato diante da expansão do modo de produção capitalista na agricultura.



Com o processo de transformação das relações de produção, ocorreram profundas mudanças, alterando, de forma significativa e abrangente, as relações sociais das quais, a mais importante consiste na tendência da proletarização do campesinato do campesinato. Todavia, Kautsky (1986) indica que mesmo com o princípio e ação dominante, imperialista e monopolista desenvolvida pelo jeito empresarial de fazer agricultura, existe a presença de outros modos de produção: “[...] o modo de produção capitalista não é a única forma de produção existente na sociedade atual; ao lado deste podem ser encontrados ainda os remanescentes, até hoje conservados, de outros modos de produção pré-capitalista” (KAUTSKY, 1986, p.13).

O jeito camponês de fazer agricultura é desenvolvido, em pequenas porções de terras, em que a força de trabalho é de cunho operacional familiar, promovendo uma produção diversificada. Para o campesinato é muito mais importante e necessário a produção, garantia e a qualidade dos alimentos, da proteção, defesa e interação com as dimensões ambientais. Por isso não há necessidade de um elevado investimento de capital. Essas características, garantem ao campesinato a autonomia, o protagonismo e a resistência, advinda de todos os conhecimentos transmitidos de geração em geração, que são aplicados quando do acesso à terra, água, sementes, habilidades locais e suas próprias tecnologias.

Apesar da eficiência e autonomia do campesinato, Kautsky (1986, p. 18) descreve que a somatória do desenvolvimento científico e tecnológico alavancou enormes evoluções e transformações na economia, corroborando com as análises de Luxemburg (1985) ao explicar que só a destruição interessa ao capital quando se depara com uma economia natural. É do o capital não admitir nenhuma forma de limitação. Neste contexto Luxemburg (1985) contribui na discussão, por clarificar que o golpe de morte ao jeito camponês de fazer agricultura, foi dado com o divórcio entre a indústria doméstica e a agricultura. “O capitalismo combate e suprime, onde pode, a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada da agricultura com o artesanato” (LUXEMBURG. 1985, p. 275).

Neste âmbito, Luxemburg (1986) destaca que o eixo central de ataque para promoção do desenvolvimento da produção capitalista centrar-se na retirada abrupta, das atividades artesanais das bases estruturais camponesa (LUXEMBURG.



1985, p. 275). É do caráter da produção capitalista a exclusão dos demais meios de produção (LUXEMBURG. 1985, p. 245), difundida por métodos como a violência expressa em guerras, saques, dominações, esgotamento, aniquilações e transformações de toda espécie (LUXEMBURG, 1985, p. 255).

Juntos as análises construídas por Kautsky (1986) e Luxemburg (1985), Huberman (1979, p. 174) destaca que “somente quando os trabalhadores não são donos da terra e das ferramentas – somente quando foram separados desses meios de produção – é que procuram trabalhar para outras pessoas”. Ou seja, a ação “libertadora” da mão-de-obra dos campos torna-se uma ferramenta útil, pois, foram estes as fontes abastecedoras suprindo as necessidades da indústria urbana. A decorrência desta análise parte, pois “o capital não pode ser usado como capital – isto é, para dar lucro – enquanto não houver o trabalho necessário para proporcionar esse lucro. Portanto, era necessária uma oferta de trabalho adequado” (HUBERMAN. 1979, p. 173).

Contudo, mesmo diante as complexas manifestações empreendidas pelo avanço do capital na agricultura, o campesinato busca, objetiva e subjetivamente, todas as condições necessárias para desenvolver-se dentro do capital sem fazer parte dele e, contraditoriamente, fazendo parte dele. Nestas condições, a posição emancipatória estabelecida pelos princípios de autonomia, independência e protagonismo, garantem ao campesinato importantes estratégias para a sua recriação e o desenvolvimento do seu próprio jeito de fazer agricultura.

Quase sempre o jeito camponês de fazer agricultura é considerado pela academia como uma anomalia por ser uma prática sem a devida reflexão teórica. Bartra (2011) também demonstra que esse caráter anômalo advém pôr a produção do campesinato estar adstrita às leis de acumulação capitalista, haja visto que esse jeito de fazer agricultura enfrenta mesmo com o pouco aporte financeiro que porventura disponha, o atrelamento à tais leis de acumulação.

O caráter polimórfico desenvolvido pelo campesinato no jeito camponês de fazer agricultura, permite a luta contra o processo de sua invisibilização ao demonstrar suas várias faces diante dos modelos intensivos e depredadores do jeito empresarial de fazer agrícola. Bartra (2011) demonstra como o campesinato não



permite que seja suplantada e destruída sua original potencialidade e eficácia sócio-ambiental pela ética competitiva do capital.

Na contra mão da ótica capitalista, em que “a nova produtividade depende cada vez menos da heterogeneidade agroecológica” (BARTRA. 2011, p. 96), os camponeses “pedem a palavra e reivindicam, por conta própria, um novo modo de fazer” (BARTRA. 2011, p. 97). Nesta nova sistemática de produção, o incentivo é a promoção da agricultura sustentável, aproveitando o caráter multiforme da diversidade natural, vislumbrando combinação entre a “saúde ambiental e equidade social” (BARTRA. 2011, p. 97).

A essência do campesinato em amoldar-se às diversidades, concede-lhe além do aproveitamento da multiplicidade dos recursos da biosfera, da capacidade familiar de trabalho, potencialidade produtiva, social e cultural. É extremamente importante demonstrar a qualificação dos métodos de aproveitamento e amoldamento ao ecossistema desenvolvidos pelo campesinato como tecnologias ecológicas, as quais, ultrapassam as limitações de espaço, tempo e conhecimento.

Ploeg (2008) ressalta que as produções e ações baseadas nas inovações, autonomia e nas potencialidades dão ao jeito camponês de fazer agricultura à indicação de parâmetros de sustentabilidade e de independência ao desenvolver a produção de alimentos. Ploeg (2008) destaca que no processo de recriação o campesinato utiliza sua própria tecnologia desenvolvida para atender seus interesses por intermédio de insumos, ferramentas e equipamentos promovendo a “retroinovação”.

Em sua recriação o campesinato contesta os esquemas de regulação, substituindo os insumos externos por melhorados insumos, recursos, técnicas e tecnologias internas, orientadas pelo conhecimento vinculado à cultura familiar, ao contexto social combinado com as práticas e habilidades. Para Altieri (2012) a auto gestão produtiva do campesinato, desenvolve mais uma forma de ampliar sua autonomia.

Para Altieri (2012) o jeito camponês de fazer agricultura potencializa as qualidades dos insumos internos em detrimento da utilização dos insumos externos. Favorece o uso de recursos locais, como o desenvolvimento de sua prática em trabalhar a terra, a água e a biodiversidade. Com sua tecnologia o



campesinato obtém alta produtividade, pois “esses sistemas de agricultura diversificados, nos quais o agricultor em pequena escala produz grãos, frutas, verduras, feno e produtos para animais no mesmo campo, dão uma produção total maior que as monoculturas como o milho cultivado em grandes escalas” (ALTIERI, 2012, p. 94).

A integração entre a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, com o uma produção altamente diversificado, utilizando práticas agroecossistêmicas, demonstra no jeito camponês de fazer agricultura indícios de uma tecnologia ecológica. Nesta nova sistemática de produção, o incentivo é a promoção da agricultura sustentável, aproveitando o caráter multiforme da diversidade natural, vislumbrando combinação entre a saúde ambiental e equidade social.

CONCLUSÃO

Os levantamentos reunidos neste trabalho abordam introdutoriamente o desenvolvimento e desdobramento das transformações que a expansão do capital na agricultura. Transformações essas, que alteraram de modo específico e particular os jeitos de fazer agricultura, estabelecendo pelo menos dois jeitos de produção, o jeito empresarial e o jeito camponês de fazer agricultura, que disputam recursos e territórios, mas estabelecem relações de produção de forma distintas.

Analisou-se que o jeito camponês de fazer agricultura garante através da policultura, do emprego e manejo das práticas agroecologias e uso das retroinovações condições imprescindíveis para a produção de alimentos. Esse jeito de fazer agricultura favorece o uso de recursos locais, como o desenvolvimento de sua prática em trabalhar a terra, a água e a biodiversidade, promovendo sistemas de agricultura diversificados e uma produção total maior que as monoculturas.

Sãos estratégias como a produção diversificada de alimentos, conduzidas pelo manejo e práticas agroecologias, que somadas o uso das retroinovações caracterizadas pelas técnicas e tecnologias arraigadas ao conhecimento transmitido de geração em geração, que garantem a autonomia, o protagonismo e a resistência



para o campesinato desenvolver-se dentro do capital sem fazer parte dele e, contraditoriamente, fazendo parte dele.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano. 15, Ed especial, p. 91-100, ago. 2012.

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.